

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1275/XIV/2ª

RECOMENDA AO GOVERNO A CRIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO ALGARVE E A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PORTOS DE PESCA E COMERCIAIS EXISTENTES NA REGIÃO

Devido a opções políticas e de conjuntura dos sucessivos governos ao longo das últimas décadas, a atividade económica predominante no Algarve é o setor do turismo. Uma região e um país, são tanto mais fortes económica e socialmente quando a sua estrutura produtiva assenta em diversas atividades económicas, o turismo, o comércio, a agricultura, a indústria, as pescas, a atividade marítima e portuária, as novas tecnologias, a investigação científica e outras modalidades complementares. A pandemia da Covid 19 colocou em evidência as grandes fragilidades da região, por assentar na monocultura do turismo. Na região do Algarve, dotada de uma ampla frente marítima, é fundamental preservar e valorizar as suas estruturas portuárias, destinadas ao comércio, pesca e recreio.

Em 2014 o governo PSD/CDS decidiu dividir a administração dos portos algarvios, atribuindo à Docapesca a gestão dos portos de pesca e a gestão dos portos comerciais de Portimão e Faro à Administração do Porto de Sines. O governo atuou ao arrepio da própria Assembleia da República que, através da Resolução n.º 121/2013, de 30 de julho, propunha que devia haver “uma ampla discussão pública no Algarve para a definição da estratégia regional para o setor marítimo e portuário”, o que não passou do papel.

Desta forma, foi criada em março de 2014 a APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S. A., pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, que estabeleceu o regime de transferência dos portos comerciais de Faro e de Portimão para a APS, S. A. A esta nova entidade foi atribuída a jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração portuária dos portos comerciais de Faro e de Portimão, antes

sob a jurisdição do IPTM, I. P., daqui resultando não só a transferência das funções jurisdicionais relativas aos dois portos comerciais, mas também do património, pessoal e recursos financeiros que lhe estavam afetos.

Foi uma medida errada e muito negativa no período da troika, em que o governo do PSD/CDS, no âmbito do chamado Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), procedeu à extinção do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P. (IPTM, I. P.) e a distribuição das suas atribuições pela Direção-Geral de Política do Mar, pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., e pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, I. P.

Recorde-se que a Administração do Porto de Sines (APS) criada como instituto público em 1977 e tendo como responsabilidade a gestão e exploração do Porto de Sines, cuja construção se havia iniciado em 1973, foi transformada em 1988, a par das outras quatro principais administrações portuárias do país (Lisboa, Setúbal, Leixões e Aveiro), numa sociedade anónima de capitais públicos (APS, SA), particularmente estruturada para conceder concessões a operadores privados.

Durante a vigência do governo PSD/CDS os portos do Algarve ficaram esquecidos e foram relegados para segundo plano. Faltaram os recursos e os investimentos necessários à requalificação e modernização dos portos de pesca, enquanto os portos comerciais de Faro e Portimão viram contemplados menos de 1% de investimento no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020, no total de investimento de 1.540 milhões de euros para o setor marítimo-portuário a nível nacional.

Por sua vez, o anterior governo PS anunciou nos finais de 2016 a criação de uma nova entidade denominada “Portos do Algarve” e que iriam passar a ser geridos pelos 16 Municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), a Docapesca e a Administração dos Portos de Sines e dos Algarve (APS). O protocolo assinado, prevendo a criação da Comissão Instaladora da nova futura entidade, teria por missão apresentar uma proposta para “a criação de uma entidade de gestão, administração e exploração conjunta dos portos comerciais e de recreio da região do Algarve”.

De acordo com o protocolo assinado, afigurava-se muito preocupante a intenção de transferir a gestão dos portos de pesca para a nova entidade a criar, denominada Portos

do Algarve, e para os municípios. É sabido que os municípios, além de não possuírem vocação para gerir portos comerciais ou de pesca, não dispõem de recursos humanos, materiais e financeiros para proceder à manutenção e ao investimento necessário das infraestruturas marítimo-portuárias da região do Algarve.

A Docapesca, enquanto entidade de capitais exclusivamente públicos e dependendo orçamentalmente da administração central do Estado deve, no entanto, ser dotada dos meios adequados para que se proceda à necessária requalificação, modernização e desenvolvimento dos portos de pesca algarvios.

O que é verdade, é que nunca mais se ouviu falar da tal entidade virtual Portos do Algarve. Torna-se premente avançar, quanto antes, com a criação de uma administração autónoma dos portos de pesca, comerciais e de recreio do Algarve, com gestão integrada e inteiramente pública e dotada de competências e meios compatíveis ao exercício da sua missão.

Tal como os portos de pesca, os portos comerciais de Portimão e de Faro devem ser dotados das obras necessárias à sua requalificação e modernização, conforme anunciado por sucessivos governos, com pompa e circunstância e nunca concretizado.

O porto comercial de Portimão, além de deter uma vocação essencialmente turística, apresenta igualmente capacidade para a movimentação de carga geral, embora com alguns condicionantes ao nível das acessibilidades terrestres pela sua inserção na malha urbana e da restrição a cargas limpas compatíveis com as atividades marítimas de lazer. Além da sua vertente comercial, este porto, desde que devidamente requalificado, apresenta uma grande potencialidade a nível turístico. A reativação neste porto da atividade de transporte de passageiros e abastecimento de carga rodada às ilhas atlânticas representará uma mais valia económica acrescida.

Por sua vez, o porto comercial de Faro dispõe de uma boa localização geográfica e usufrui de boas acessibilidades e intermodalidades com outros modos de transporte, apresentando significativas condições para potenciar o desenvolvimento da economia da região do Algarve. Apesar da sua atividade económica ter decrescido nos últimos anos, este porto comercial tinha como principal carga exportada, principalmente para Cabo Verde e a Argélia, o cimento produzido na cimenteira da Cimpor, em Loulé, o sal de Olhão,

o sal-gema de Loulé, cargas de pedra, telha e ferro para Gibraltar e a alfarroba para Inglaterra.

A redução acentuada do movimento comercial no porto de Faro tem servido de justificação para que algumas entidades e forças políticas passassem a defender a desativação do porto e sua reafecção a outros usos e atividades. É o caso do PSD que, entre outras atividades, defende a construção de uma marina de recreio, zonas de comércio e de serviços (mais do mesmo), o que implicará a desativação do porto comercial. O desaparecimento desta infraestrutura comercial irá provocar uma maior debilidade da economia regional, enfraquecendo ainda mais o seu tecido produtivo e a sua diversificação económica.

Um outro aspeto a considerar é a não existência no Algarve de um rebocador moderno e com maior capacidade para rebocar navios de grande porte. A aquisição deste rebocador para a região e que deverá ficar sedado em Portimão, além de servir para a assistência aos grandes navios, poderá operar em toda a costa do Algarve noutras funções complementares, como no apoio à proteção ambiental, à navegação internacional e no apoio às missões de busca e salvamento.

Na anterior legislatura o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda procedeu à apresentação, na Assembleia da República, de um Projeto de Resolução, (o qual foi aprovado), a par de outras iniciativas de outras forças políticas, propondo a criação da Administração dos Portos do Algarve, a requalificação dos portos comerciais e de pesca e a aquisição de um rebocador para a região. Todavia, o Governo de então e o atual, do PS, não cumpriram as Resoluções da Assembleia da República, n.º 230/2018, que “Recomenda ao Governo a dinamização dos portos do Algarve e do transporte marítimo”, e n.º 231/2018, que “Recomenda ao Governo a requalificação, valorização e desenvolvimento dos portos de Portimão e Faro”, ambas de 6 de agosto de 2018.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Proceda à criação da Administração dos Portos do Algarve, inteiramente pública, integrando os portos de pesca, comerciais e de recreio, assim como todas as infraestruturas portuárias marítimas e fluviais, de natureza comercial, de passageiros e de mercadorias, na região.

2. Concretize as obras de requalificação e de melhoria das acessibilidades e infraestruturas marítimas dos portos de pesca e comerciais da região, com destaque para o porto comercial de Portimão, e impedindo a desativação do porto comercial de Faro, mesmo que na sua área ribeirinha se estabeleçam outras valências.
3. Adquirir um rebocador moderno para o porto comercial de Portimão, capaz de prestar assistência a navios de grandes dimensões e dotado de outras valências, a operar na zona marítima do Algarve.
4. Cumpra as Recomendações previstas nas Resoluções da Assembleia da República n.º 230/2018 e n.º 231/2018, de 6 de agosto de 2018.

Assembleia da República, 18 de maio de 2021.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

João Vasconcelos; Jorge Costa; Mariana Mortágua; Alexandra Vieira; Beatriz Dias;
Diana Santos; Fabian Figueiredo; Fabíola Cardoso; Isabel Pires; Joana Mortágua;
José Manuel Pureza; José Maria Cardoso; José Soeiro; Luís Monteiro; Maria Manuel Rola;
Moisés Ferreira; Nelson Peralta; Ricardo Vicente; Catarina Martins